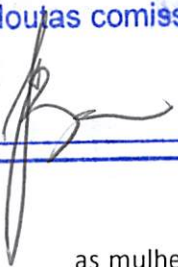




Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

**SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES:**

09.^a Sessão Data 02/04/19
As doudas comissões para parecer.

Presidente

JUSTIFICATIVA

Temos acompanhado a crescente onda de violência e feminicídio contra as mulheres em nosso país. Somos hoje o 5º país que mais mata mulheres e necessitamos de medidas que acabem com este sofrimento.

Por este motivo é que apresento este Projeto de Lei, com a intenção de limitar a atuação de agressores em nosso serviço público direto e indireto.

É necessário que a sociedade entenda o quão grave é esta situação e venha a se unir em esforços para que cada vez mais tenhamos um país igualitário.

PROJETO DE LEI Nº

20/19

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE COMISSIONADOS E PESSOAS EM EMPRESAS TERCEIRIZADAS, AUTARQUIAS OU QUAISQUER PRESTADORES DE SERVIÇOS QUE TENHAM SIDO JULGADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA E CONDENADOS PELA LEI MARIA DA PENHA”.

Art. 1º - Fica o Poder Público, no âmbito da administração direta e indireta proibido de contratar pessoas em cargo de comissão e CLT com ação condenatória em “transito julgado”, segunda instância, sob as condições previstas na Lei Maria da Penha.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Parágrafo único: O funcionário em exercício será exonerado/demitido no prazo máximo de 15 dias da publicação da sentença, não havendo quaisquer direitos a serem reclamados, não cabendo ação de reintegração de emprego.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 02 de abril de 2019.


JANAINA BALLARIS
VEREADORA